

Tribunal Permanente de Revisão como mecanismo edificador de novas tendências e paradigmas no Mercosul*

Alceu José Cicco Filho**

Orientadora: Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha***

Sumário

Aspectos iniciais; 1. O Tribunal Permanente de Revisão e sua Estrutura; 1.1 Composição da Corte; 1.2 Competência; 2. Supranacionalidade Vs interstatalidade mercosulina; 2.1 Supranacionalidade: conceito e classificações; 2.2 Mercosul: a opção pela intergovernabilidade refletida no Tribunal Permanente de Revisão; 3. Tribunal Permanente de Revisão: técnica judicial vs arbitragem; Conclusões finais; Referências bibliográficas.

Resumo

Com amparo na dogmática jurídica e na hermenêutica internacional, a pesquisa se desenvolve por meio do método bibliográfico e se alicerça nos pilares da doutrina e legislação internacional, isto entendido os pactos e protocolos internacionais celebrados no âmbito do Mercosul com digressões ao Direito Comparado, momento em que se estuda a estrutura europeia, sobretudo quanto à supranacionalidade e seu modelo de integração que revela ser latente paradigma à instituição de blocos regionais. Assim, por meio desses designios, o que se almeja é dissertar acerca do Tribunal Permanente de Revisão e proporcionar ao leitor, que se transmuda no papel de destinatário final desse conteúdo acadêmico, maior conhecimento acerca de sua contribuição ao

Mercado Comum do Sul, seu caráter institucional interestadual, os desafios que o TPR consubstancia à supranacionalidade e, ao fim, sopesar seu desenvolvimento enquanto instrumento à edificação de novas tendências e paradigmas no Cone Sul.

Palavras-chave

Regionalismo. Mercosul. Tribunal Permanente de Revisão. Supranacionalidade.

Abstract

Supported in legal and dogmatic hermeneutics, this research is based on scientific methods, besides doctrine, international and comparative law. This study demands a comparative analysis due to the importance of the European structures, particularly on supranationalism and its model of integration that works as a paradigm in the establishment of regional blocs. Through these designs, the aim is to provide the reader greater knowledge about the Court's contribution to the Southern Common Market, its interstate character and the challenges that the PCR will face to reach supranationalism.

Key-words

Regionalism. Mercosur. Permanent Court of Review. Supranationalism.

Aspectos iniciais

Oscar Llanes relembra que logo no início do século XX, em Paris, quando da primeira exibição do que no futuro seria tido como helicóptero, indagaram a Einstein acerca da utilidade do equipamento ali

* O artigo em apreço é fruto das conclusões colhidas no decorrer da pesquisa realizada sob os auspícios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, entre 2008 e 2009.

** Aluno do 10º semestre de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

*** Ministra do Superior Tribunal Militar. Mestra em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa. Doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Universitária.

exposto. Sem procrastinações, o filósofo respondeu: “Para que serve o nascimento de um filho?”¹

Verdade ou não, fato é que também a sociedade nacional, regional e internacional se inquiriu com frequência acerca da conveniência de se instituir o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Respondendo a esse questionamento, o aludido autor asseverou: “afirmo sem temor de equivocar-me que este Organismo está destinado à perenidade sábia, à equanimidade por princípio, ao sentido humano por dogma e à liberdade por suas decisões”².

Em linhas gerais, o TPR foi concebido por meio do Protocolo de Olivos quando este previu, ao longo de seu Capítulo VII, o advento de um organismo interestatal incumbido de minimizar a insegurança jurídica que perpetua no Mercado Comum do Sul, com competência consultiva e modificativa dos laudos arbitrais adotados por árbitros *ad hoc* de primeira instância. Ainda que criticado por não representar com exatidão as aspirações da supranacionalidade ou mesmo por não refletir as expectativas de uma Corte Judicial, inegável é o empenho que a Corte de Revisão exala na harmonização de litígios comunitários.

Assim, o escopo dessa divagação científica não é outro senão o de analisar, investigar e conflitar posições doutrinárias, legais e internacionais, no âmbito do direito comparado e histórico, no que tange ao Tribunal Permanente de Revisão enquanto mecanismo edificador de novas tendências e paradigmas no Mercosul.

O objetivo geral revela-se na análise do Tribunal Permanente de Revisão enquanto instrumento eficaz na solução de controvérsias e, sobretudo, na condição de agente propulsor da integração no Cone Sul. A partir dessa construção principiológica, os objetivos específicos foram dispostos e tecidos da seguinte forma:

1. Traçar paralelos entre os diversos estágios institucionais perpassados pelo Mercosul quanto ao seu sistema de solução de controvérsias;

2. Verificar os benefícios de se instituir no âmbito Mercosulino uma Corte supranacional, nos moldes do Tribunal de Luxemburgo, e esboçar seus aspectos positivos à integração regional, bem como ao fortalecimento das alianças aduaneiras;

3. Observar como o processo de adoção da supranacionalidade ocorreu na União Europeia, assim como os desafios perpassados aliados às mudanças inseridas no panorama institucional europeu para se concretizar com sucesso o regionalismo;

4. Propor mecanismos para que o Tribunal Permanente de Revisão seja instrumento ao alcance da celeridade e sinônimo de compromisso no *mister* de dirimir conflitos que obstaculizem a formação comunitária, sem, entretanto, olvidar da cogente necessidade de se conservar os antigos ideários de uma solução duradoura, fidedigna ao *boni juris*, bem como atenta aos anseios e aspirações que buscam aqueles que acionam suas engrenagens.

Por fim, após erigida a composição metodológica a ser desenvolvida, compete destacar que o tema aufere especial significância já que para se genuinamente consolidar o Mercado Comum imprescindível se torna a materialização de organismos como o TPR. Diante dessa casta e sóbria verdade, a importância do Tribunal Permanente de Revisão é enfatizada na medida em que atua de forma a impulsionar o desenvolvimento da integração harmônica entre os países signatários do Tratado de Assunção, viabilizando que, caso haja o surgimento de controvérsia, esta possa ser solucionada em consonância com os princípios que nortearam a consagração do Mercosul enquanto bloco econômico em desenvolvimento.

1. O Tribunal Permanente de Revisão e sua estrutura:

1.1 Composição da Corte

Conforme já explanado ao largo da fase introdutória, o Tribunal Permanente de Revisão, sem questionamentos, representa a maior inovação inserida no Protocolo de Olivos. Buscando sanar a carência de segurança jurídica que paira no Mercosul, bem como a falta de contornos institucionais que desloquem o bloco rumo a estágio de integração mais avançado, o TPR foi concebido e suas linhas estruturais foram

¹ TORRES, Oscar Llanes. *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo Monográfico). Asunción, 2005. p. 8.

² TORRES, Oscar Llanes. *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo Monográfico). Asunción, 2005. p. 8.

delineadas amoldando-se às necessidades do países-membros.

Instalado na Villa Rosalba, em Assunção, o Tribunal é composto por cinco árbitros que se elegem conforme os parâmetros abaixo:

- Quatro são designados diretamente pelos Estados-partes com o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por duas vezes.
- O quinto árbitro, oriundo de uma lista de oito nomes em que cada país indica duas autoridades, será nomeado de comum acordo e ocupa o posto máximo da Corte; a presidência do Tribunal. O mandato dura três anos e a princípio não acolhe o instituto da reeleição, salvo em havendo unanimidade dos estados-membros. É mandatário que os árbitros sejam de nacionalidade de um dos países que compõem o Mercosul.

O Tribunal Permanente de Revisão, diferenciando-se dos Tribunais *ad hoc* que atuam com três árbitros, possui uma dualidade operativa adaptada à particularidade de cada caso. Nesse viés, se a controvérsia envolver dois Estados-partes sua formação será constituída por três árbitros, mas, em contrapartida, se o conflito incluir três ou mais atores, recrutar-se-á a totalidade de seus membros. No primeiro caso, o art. 20 do Protocolo de Olivos³ pugna para que dois árbitros sejam nacionais das nações envolvidas na contenda e o terceiro seja designado por intermédio de sorteio entre os árbitros permanentes não nacionais dos Estados-partes na controvérsia.

1.2 Competência

Os árbitros necessariamente devem ter disponibilidade permanente, visto que tão somente dessa forma se dará subsídios às opiniões consultivas, uma das atribuições do TPR (art. 3º).⁴ O objetivo desses

pareceres não é outro senão impedir que passos em falso se convertam em óbices à fluidez do desenvolvimento e perpetuem atrasos que comprometam essa meta. Logo, o que se anseia é garantir certeza jurídica nas várias dimensões do processo comunitário.

O art. 3º do Protocolo de Olivos estabelece mecanismos que ratificam a materialização do sistema de opiniões consultivas,⁵ em vez de consagrar um aparelho de interpretação prejudicial⁶ tido como essencial em todo processo de integração e de real estima para a formação do direito comunitário⁷.

Delimitando o estudo à sacração da competência consultiva no Tribunal Permanente de Revisão, vale destacar que as críticas não foram poucas ou mesmo esparsas. Defende-se que houve injustificada timidez do legislador na redação do atual sistema de solução de controvérsias por três razões precípua: carência de uma estrutura supranacional, deficiência de organismo judicial e preponderância da vocação consultiva em detrimento da interpretação prejudicial⁸. Limitando-se por ora a essa última particularidade, uma vez que demais divagações serão detalhadas em momento oportuno, cabe aclarar que os aplicadores do direito internacional depositam no sistema prejudicial hermenêutico o condão de resguardar o emprego uniforme do direito comunitário ao impor que juízes nacionais atuem conforme as diretrizes lançadas no plano transnacional⁹. Em sendo assim, caberia à Corte interpretar juridicamente a norma comunitária com exata apreciação de seu alcance, devendo o juiz nacional aplicá-la ao caso concreto em sua competência natural.

Diante dos conceitos ilustrados, é perceptível que a composição normativa do Mercosul, tal como

³ O aludido artigo assim dispõe: "Quando a controvérsia envolver dois Estados Partes, o Tribunal estará integrado por três (3) árbitros. Dois (2) árbitros serão nacionais de cada Estado parte na controvérsia e o terceiro, que exercerá a Presidência, será designado mediante sorteio a ser realizado pelo Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul, entre os árbitros restantes que não sejam nacionais dos Estados partes na controvérsia. A designação do Presidente dar-se-á no dia seguinte à interposição do recurso de revisão, data a partir da qual estará constituído o Tribunal para todos os efeitos".

⁴ PUÑAL, Antonio Martinez. *La solución de controversias en El Mercado Común del Sur (Mercosul): estudio de sus mecanismos*. Santiago de Compostela: Tórculo, 2000. pp. 170-172.

⁵ As aludidas opiniões consultivas caracterizam-se como sendo pareceres desprovidos de efeito vinculante destinadas a sanar questões jurídicas. (conceito nosso).

⁶ A interpretação prejudicial é por essência vinculante e, portanto, obrigatória. O juiz comunitário interpreta de forma objetiva a norma comunitária, devendo o juiz nacional aplicá-la no âmbito interno.

⁷ BRIX, Wilfrido Fernández. *El Nuevo Tribunal Arbitral Del Mercosur*. Paraguay: Fundación Konrad Adenauer, 2005. p.12.

⁸ PUÑAL, Antonio Martinez. *La solución de controversias en El Mercado Común del Sur (Mercosul): estudio de sus mecanismos*. Santiago de Compostela: Tórculo, 2000. pp. 170-172.

⁹ Nomeadamente, a interpretação judicial assume força vinculante e, portanto, obrigatória, sendo peticionada pelos juízes nacionais em face de um processo de integração.

idealizada, priorizou o elemento consultivo em detrimento do prestígio e favorecimento do Direito de Integração. O sistema sugere que quando impreciso o alcance das normativas Mercosulinas, exsurge a legitimidade para solicitar opiniões consultivas, em conformidade com os artigos 2, 3 e 4 do Protocolo de Olivos:

- a) Todos os Estados-partes do Mercosul atuando conjuntamente (exigência desnecessária e sem precedentes no direito comparado);
- b) Órgãos com capacidade decisória do Mercosul (CMC, GMC, CCM);
- c) Tribunais Superiores dos Estados-partes com jurisdição nacional.

Quanto à sua competência recursal, é facultado a qualquer das partes da controvérsia interpor recurso de revisão do laudo proferido pelo Tribunal *ad hoc* ao TPR em até quinze dias contados da notificação do laudo arbitral. Há que se enfatizar que o recurso restringe-se aos temas de direito interligados ao litígio e às interpretações jurídicas exaradas no provimento arbitral, momento em que os efeitos deste restarão suspensos até decisão terminativa do Tribunal Permanente de Revisão¹⁰.

Sua função auferir maior significância ao capacitar a Corte a confirmar, modificar ou revogar as teses jurídicas alçadas pelo Tribunal Arbitral, bem como a editar medidas provisionais para velar e resguardar direito que se encontra sob ameaça de perecimento em virtude de dano manifesto, iminente e de difícil reparação.

O que se vislumbra, portanto, é a formação de competências bem definidas, reservadas a subsidiar a solução de controvérsias no domínio do Mercosul, mas que significou cáustica vontade do legislador Mercosulino em distanciar o bloco dos efeitos advindos com a presença de uma Corte Judicial Transnacional, nos moldes do Tribunal de Luxemburgo.

¹⁰ Em respeito à ampla defesa e indo ao encontro do devido processo legal, o trâmite prevê que a parte recorrida conteste o recurso de revisão no prazo de quinze dias a contar da notificação. Após, o Tribunal Permanente de Revisão deverá pronunciar-se em tempo não superior a trinta dias, sendo-lhe permitido requerer dilação do prazo por quinze dias.

2. Supranacionalidade vs interestatalidade mercosulina

2.1 Supranacionalidade: conceito e classificações

Quando se fez menção outrora às críticas destinadas ao atual sistema de solução de controvérsias do Mercosul, como a supressão da interpretação prejudicial ou mesmo a ausência de organismos judiciais no domínio regional, citou-se a deficiência de uma estrutura supranacional que se almejava ver consagrada no bojo do Tribunal Permanente de Revisão. Todavia, não há meios de se analisar o instituto da supranacionalidade sem antes conhecer as nuances que permeiam e delineiam seu conceito.

De tal modo, sua definição traduz-se em poder que transcende a hegemonia estatal, pois deriva da cessão de parcela da soberania do Estado em prol do arranjo comunitário¹¹. Talvez seja nesse diapasão que Celso de Mello entende por verdadeiro:

(...) o alcance desse objetivo far-se-á através de um ordenamento jurídico hierarquicamente superior aos ordenamentos nacionais e, caso necessário, com sacrifício das normas domésticas, semo que, tornar-se-ia inviável a almejada integração. Por essa razão, no contexto supranacional, não é possível se falar em coordenação de soberanias, características de direito internacional público. Na sociedade internacional clássica, a coordenação de soberania é corolário da coexistência pacífica dos seus integrantes, vez que todos os países devem respeitar os direitos dos outros estados componentes.¹²

A doutrina elenca como sendo três os pilares do sistema supranacional: a) transferência de soberania dos Estados para a organização comunitária em caráter definitivo; b) supremacia do Direito Comunitário em relação aos direitos pátrios, c) dimensão teleológica de integração, que é a supranacionalidade para alcançar os

¹¹ A *oberstaatlich* ou *supranationalite*, expressões em alemão e francês em sinônimo à supranacionalidade, evoca a noção de adjudicação de poderes a um ente hierarquicamente superior aos Estados em virtude da necessidade de elaboração e controle de normas na ordem comunitária. Cf. KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 28.

¹² MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional da integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996. p. 22.

fins integracionistas.¹³ Manuel Medina pondera que esses fundamentos não advêm exclusivamente da Ciência Jurídica ou mesmo da Ciência Política, razão pela qual torna nebuloso o raciocínio do intérprete sempre que busca a exatidão de seus termos¹⁴.

Convém ilustrar que o conceito de supranacionalidade contorna seguramente a evolução perpassada pelas nações com as novas relações de consumo, adentrando na tecnologia das comunicações que após barreiras antes intransponíveis e propiciou o soerguimento de economias interligadas. Em síntese, a universalização foi arrebatadora¹⁵, pois “em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global”.¹⁶

No mesmo sentido, Odete Oliveira leciona que a ideia de supranacionalidade repousa na reunião de atributos como a transferência de soberania de forma *ad eternum* pelos Estados aos órgãos que levarão a efeito o progresso comunitário, isto é, um poder com força efetiva em suas decisões, hábil a intervir nos Estados e também nos particulares¹⁷.

2.2 Mercosul: a opção pela intergovernabilidade refletida no Tribunal Permanente de Revisão

O ator coletivo presente no Cone Sul optou nitidamente pela interestatalidade, cenário em que as decisões no domínio regional não possuem o condão de surtir efeitos no âmbito interno sem a aquiescência dos países-membros; é dizer, faz-se necessária a instauração de um procedimento solene que se perpassa por meio de formalidades próprias de internalização das normas lavradas no plano regional para *a posteriori* recepcioná-las na esfera nacional.

Desse modo, ainda que a acepção clássica de soberania ditada por *Rousseau*¹⁸ tenha se mostrado falha e por vezes anacrônica, principalmente com o advento da globalização e estruturas político-econômicas interligadas, optou o Mercosul por nutrir a continuidade desse conceito ao conservar a soberania casta dos Estados-membros. A preocupação em mantê-la íntegra, somada à ameaça brasileira de se tornar onipotente nas deliberações do bloco, já que notoriamente representa mais da metade do Mercosul por sua extensão territorial, demográfica e econômica, foram os elementos que induziram os países-membros do Tratado de Assunção a acolherem a intergovernabilidade.

A Ciência Política esclarece que o justificado receio compartilhado pelas nações de se tornarem reféns das aspirações brasileiras impulsionou o assentimento formal pelo Brasil no que pertence à divisão equânime na distribuição de poderes. Assim, Estados de menor expressão como o Paraguai, que contempla dois por cento do PIB e também da população do bloco, possuem vinte e cinco por cento do poder decisório e resguardam a quarta parte da representatividade em organismos regionais como o Tribunal Permanente de Revisão.

No entendimento de Gilberto Kerber, “o eixo da questão cinge-se à transferência da soberania”¹⁹, tema que se apresenta sensível já que a outorga de parte do poder de *imperium*, no caso de Estados cujas histórias se traduzem na incessante angústia de conquistá-lo e mantê-lo, é um aspecto delicado e no mínimo temerário.

Oraciocínio que melhora a elucidação da adoção de instituições supranacionais no âmbito do Mercosul encontra amparo nas palavras de Mário Gilberto, para quem os Estados, ciosos da soberania nacional, compartilham excessivo *status quo* constitucional de Estado-Nação²⁰. Foi em meio a esse cenário que o

¹³ STELZER, Joana. *Integração europeia: dimensão supranacional*. Florianópolis, 1998. Dissertação (mestrado), Curso de Pós-Graduação em Direito (UFSC), maio 1998.

¹⁴ MEDINA, Manuel. *La Comunidad Europea y sus principios constitucionales*. Madrid: Tecnos, 1974. p. 105

¹⁵ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 84.

¹⁶ IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 35.

¹⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. *União Europeia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p. 68.

¹⁸ Rousseau contextualiza a soberania como sendo fruto da vontade geral, revestindo-se de unidade, inalienabilidade e indivisibilidade. *O Contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. pp. 33-36.

¹⁹ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 10.

²⁰ O autor acrescenta: “começou-se um longo caminho, difícil, mas fascinante que obriga a um salutar exercício de cooperação, negociação e articulação, sem dúvida aspectos fundamentais num processo de convergência de formação de um bloco econômico implica, não só no campo diplomático ou mesmo comercial,

Club de Abogados Latino-americanos houve por bem tecer paralelos entre as estruturas do Mercosul e da União Europeia, concluindo que, se por um lado os Tratados das Comunidades Europeias fundaram a essência do Direito Comunitário, com abrangência *erga-omnes*, efeito vinculante e também incidência direta das decisões dos órgãos supranacionais nos países-membros,²¹ o Tratado de Assunção, *a contrario sensu*, não possui a mesma amplitude, as legislações dos países signatários são antagônicas e em havendo divergências não há corte supranacional para saná-las, tão somente o Tribunal Permanente de Revisão. No mesmo sentindo, Oscar Llanes pondera:

O Mercosul sofre a ausência do conceito de supranacionalidade. A estrutura do Tribunal Permanente de Revisão é interestatal e não supranacional, razão esta que faz com que o Mercosul careça de um Direito Comunitário tal como o tem a União Europeia e a Comunidade Andina. O Mercosul baseia-se em um modesto direito de integração e sua estrutura está distante do Direito Comunitário com sua tríplice característica: a aplicação imediata, o efeito direto e a primazia do Direito Comunitário. O Tribunal Permanente de Revisão, por exemplo, não possui autonomia normativa necessária para estruturar seu próprio regimento interno. O novo projeto de revisão do Protocolo de Ouro Preto, constituída na estrutura básica Mercosulina, poderia ser uma excelente oportunidade para instaurar definitivamente o princípio da supranacionalidade no Mercosul, conforme idealiza o Presidente do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina, Magistrado Walter Kaune Arteaga²².

mas agora também no que se refere a assuntos da esfera técnica, legislativa e de organização da sociedade civil." CORTOPASSI, Mário Gilberto. *Mercado Comum: longa caminhada*. Revista de Negócios. a. 2. n. 17. São Paulo ago. 1993, p. 14.

²¹ Quanto à supranacionalidade, Oscar Llanes afirma "El concepto, por lo tanto, comprende dos aspectos fundamentales: un órgano comunitario y competencia para emitir decisiones, que tengan aplicabilidad inmediata innecesario posteriormente los actos de recepción por los Estados Partes. Por otro lado, los órganos de tipos Estatal o Intergubernamental solo tienen competencia para adoptar decisiones que cuenten como requisito previo el consentimiento de los Estados que conforman el Tratado de su creación". *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo Monográfico). Asunción, 2005. p. 8.

²² TORRES, Oscar Llanes. *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo Monográfico). Asunción, 2005. pp. 45-46.

Desafortunadamente, o Tribunal Permanente de Revisão não contempla laços supranacionais, encontra-se adstrito aos Estados que o constituíram e seus integrantes representam não o organismo, mas os países signatários do tratado de Assunção. Suas resoluções não se inserem no contexto nacional de forma direta, conforme reza o monismo com primazia do Direito Internacional, e a insuficiência dessa estrutura supranacional não raras vezes assoalha sua impotência no panorama regional. Os questionamentos, portanto, são infinitos e abrem portas ao desconhecido. Por que não um tribunal permanente, mas com pilares supranacionais? Por que optar pelo TPR intergovernamental quando na verdade a supranacionalidade é o caminho à edificação do Mercado Comum?

A explicação para se priorizar organismos intergovernamentais, nos moldes do Tribunal Permanente de Revisão, revela-se tanto na incrustada noção de Estado-nação e no medo de perda da soberania pelos países do Cone Sul, mas também na omissão pelo texto constitucional dos Estados em prever a permissibilidade ao mecanismo supranacional, já que necessariamente impõe não a perda, mas a outorga de parcelas da soberania.

À bem da verdade, a Constituição argentina possibilita a cessão de competência e jurisdição a instituições supranacionais, exigindo unicamente a conservação do respeito à ordem democrática e aos direitos humanos. Após a reforma constitucional de 1994, tornou-se manifesta a pretensão do legislador estrangeiro em se ter uma corte supranacional permanente, admitindo-se a aprovação de tratados de integração que delegassem competência e jurisdição a organismo supraestatal.²³ Talvez seja em virtude desse cenário que Barra faz alusão ao art. 75 da Carta argentina e assevera que este "converte em automática a incorporação da norma regional com hierarquia supralegal, ainda que infraconstitucional"²⁴.

O Paraguai, por sua vez, foi o primeiro Estado a inserir no discurso constitucional previsão expressa a favor da supranacionalidade. Em seu artigo 143,

²³ Constituição da Argentina. Art. 75, inciso XXIV.

²⁴ Apud, GARRÉ COPELLO, Belter. *et alii* (org.). *Mercosur, balances y perspectivas*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996. p. 57

a Constituição paraguaia introduz o princípio da cooperação como diretriz das ações estatais no exercício das relações internacionais e em dispositivo ulterior elenca a supranacionalidade nos seguintes termos: “A República do Paraguai, em condição de igualdade com outros Estados, admite uma ordem jurídica supranacional que garanta a vigência dos direitos humanos, da paz, da justiça, da cooperação e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural”²⁵.

Dessa feita, tanto a Constituição argentina, quanto a Constituição paraguaia propiciam a concepção de órgãos com *status* supranacional e possibilitam a recepção dos tratados como elemento constitutivo do repositório normativo interno, sendo-lhes dada hierarquia superior às leis nacionais, mas aquém da Lex Magna.

A Constituição do Uruguai, de forma adversa, não disserta acerca da supranacionalidade e se queda silente quanto à possibilidade de cessão da soberania. Seu art. 6º dispõe timidamente que “a República procurará a integração social e econômica dos Estados latino-americanos, especialmente no que se refere à defesa comum de seus produtos e matérias-primas”. No mesmo sentido, o art. 4º do Texto complementa: “compete à Nação o direito exclusivo de estabelecer suas leis”, o que contribui para se inferir que o Estado não acolhe a outorga de competência legislativa a organismo supranacional.

O entendimento, por conseguinte, é o de que a Carta uruguaia revela-se reticente, para não dizer restritiva, à recepção da estrutura supranacional, conforme se cogitava na formação do Tribunal Permanente de Revisão, e se individualiza por sua omissão quanto à possibilidade de delegar parcelas de soberania em benefício do Direito Comunitário. Esse primeiro desafio ganha formas mais concretas nas palavras de Casali, que assim dispõe:

(...) toda problemática transfere-se, assim, à questão de saber se a integração social e econômica dos Estados latino-americanos, buscada pelo Uruguai, pode ser interpretada no sentido de admitir a vigência, para este país, de eventuais instrumentos e órgãos supranacionais que surjam em decorrência da evolução do Mercosul. É

possível colocar a questão nestes termos, já que a interpretação constitucional, por qualquer dos Poderes da república, pode evoluir a ponto de dispensar a necessidade de modificação do texto constitucional (para incluir declaração expressa quanto à recepção da supranacionalidade), entendendo-se que a redação original já conteria este permissivo²⁶.

Kerber pondera que o caso avoca a necessidade de revisão do discurso constitucional, a fim de prever explicitamente o consentimento à supranacionalidade e demais preceitos que impliquem a adjudicação de parcelas da soberania à unidade de integração no Cone Sul.²⁷

Esse debate revigora quando se insere no contexto a Constituição pátria. O Mercado Comum do Sul, enquanto reflexo da integração institucional, importa em notável progresso amparado pela Carta Política de 1998 que assim dispõe “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações”²⁸.

De sua leitura pode-se não somente inferir que o objetivo é programático visando à política externa, mas também que o constituinte almejou introduzir o Brasil no contexto da integração para arquitetar e erigir a comunidade latino-americana das nações. Conquanto não proclamado de modo expresse, deixa margem para se acastelar a supranacionalidade.

No entanto, esse não é o raciocínio que tonifica a doutrina já que, embora se tenha claro permissivo a favor da integração econômica, política, cultural e social, não repousa nessa órbita integracionista o ideário da supranacionalidade e sua natural cessão de soberania ao Cone Sul. A questão foi inserida no bojo da reforma constitucional levada a cabo em 1993, proposta pelo Deputado Federal Adoaldo Streck, acrescentando ao art. 4º a seguinte redação “a) as normas gerais e comuns de Direito Internacional Público são parte integrante

²⁵ Constituição da República do Paraguai. Art. 145.

²⁶ BAHIA, Saulo José Casali. *A supranacionalidade no Mercosul*. In: BASTOS, Celso Ribeiro e FINKELSTEIN, Cláudio (cords.) *Mercosul: lições do período de transitoriedade*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998. p. 197

²⁷ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p.110.

²⁸ Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 4º, parágrafo único.

do ordenamento jurídico brasileiro; b) as normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte vigoram na ordem interna, desde que expressamente estabelecido nos respectivos tratados constitutivos”²⁹. De igual sorte, Bahia ratifica:

Aduzindo ser fundamento da República a soberania (art. 1º, I), e como princípios de suas relações internacionais a independência nacional (art. 4º, IV), afasta-se da ideia de uma unificação política de qualquer natureza (...) submetendo os tratados internacionais ao controle de constitucionalidade (art. 102, III, b) recusa a ideia de que normas internacionais possam valer internamente de acordo com os modelos monistas radicais³⁰.

A teoria ortodoxa, portanto, inclina-se no sentido de reafirmar a necessidade de alteração do texto constitucional para se contemplar com nitidez a ordem jurídica supranacional, pois não obstante contenha teor programático direcionado à política externa, carece de previsão constitucional concreta à outorga de parcelas de soberania em benefício do bloco econômico do Cone Sul.

Nesse particular, quando se indaga o porquê de não se ter revestido o Tribunal Permanente de Revisão com atributos supranacionais, com capacidade para se inserir na órbita nacional com propriedade imperativa sem as barreiras intransponíveis da soberania, a resposta se encontra na construção teórica dissolvida ao longo desse tópico, especialmente em face da prevalência do arraigado conceito de Estado-nação, ante o receio de ver pulverizada a soberania e mesmo em presença da ausência de previsão constitucional que acolha a supranacionalidade.

Naturalmente que a criação do TPR foi louvável e representou passo relevante à corporificação da integração no plano regional. Dotou membros com mandato, trouxe perenidade ao sistema de controvérsias e possivelmente se converterá na união física, política e econômica que se anseia no Cone

Sul, pois inegavelmente “um forte órgão com poderes delegados de grande importância acaba por demonstrar aos demais países que a intenção de integração não é mero modismo e segue os meios respeitosos de confiança ali depositados.”³¹

Ainda que a supranacionalidade seja questão a ser enfrentada com o avançar do processo integracionista e embora seja predicado essencial rumo ao Mercado Comum, a constituição de uma corte permanente nos moldes do Tribunal Permanente de Revisão é mérito inquestionável, sobretudo por afastar o caráter efêmero que subsistia e proporcionar ao Mercosul a perenidade que há muito se clamava.

3. Tribunal Permanente de Revisão: técnica judicial vs arbitragem

Como marcha inicial, cumpre relatar que França e Alemanha são historicamente as protagonistas na criação de um ente permanente voltado à solução de litígios em benefício do liame integrativo. Nesse viés, o estudo do Direito Comparado se revela proveitoso, na medida em que aponta distintas estruturas regionais nas quais a pacificação de controvérsias aufere significância, caso este vivenciado densamente pela Corte Centro-americana de Justiça e também pelo Protocolo de Cochabamba que conferiu faculdades arbitrais ao Tribunal de Justiça da Comunidade Andina, embora não implementadas.

De igual sorte, o Tratado de Chaguaramas ousou esboçar um nebuloso aparelho arbitral a ser desenvolvido na comunidade caribenha, mas foi superado com os traços judiciais sobrepostos à Corte de Justiça.

Há que se aclarar, entretanto, que não obstante esses primeiros passos tenham contribuído ao progresso de meios pacíficos à solução de controvérsias, foi com a instauração do Tribunal de Justiça da União Europeia que o ideário integracionista genuinamente se consolidou. Sem dúvidas que dilapide ou ameace a estabilidade dessa premissa, a Corte representa o

²⁹ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p.102.

³⁰ BAHIA, Saulo José Casali. *A supranacionalidade no Mercosul*. In: BASTOS, Celso Ribeiro e FINKELSTEIN, Cláudio (cords.) *Mercosul: lições do período de transitoriedade*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998. p. 203.

³¹ CARVALHO, Graison Charles. *Evolução da Solução de Controvérsias no Mercosul*. Acesso em: fev. 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_85/artigos/GraisonCarvalho_rev85.htm>

legítimo instrumento à plena observância do arcabouço jurídico comunitário ao velar por sua interpretação e aplicação, fazendo-se também presente nos casos suscitados ante os Tribunais nacionais quando retratam o Direito Comunitário³².

Assim, é por meio dessas divagações introdutórias que se faz possível asseverar que o aprimoramento da estrutura supranacional foi resultado construído lentamente e engloba relativa criatividade. Nas palavras de Gilberto Kerber, “com um âmbito próprio de atuação, nasceu o Direito Comunitário, um círculo fechado de normas de aplicação direta, além do Direito Internacional e dos Direitos dos Estados-Membros, com os quais não se pode dizer que concorre, vistas as competências peculiares de cada qual.”³³

A compreensão do Direito Comunitário, nesse sentido, remonta um longo e contínuo processo de edificação, sobretudo com as transformações sofridas em sua composição inicial ante a presença do Tratado do Ato Único Europeu (1986) e do Tratado de Maastricht (1992). Como consequente resultado, a concretização do direito comum europeu se perfez e se materializou na máxima de aplicar e interpretar os tratados comunitários em benefício da unidade no velho continente.

É essencialmente em meio a esse cenário que a relevância da Corte de Justiça Europeia se exterioriza, pois cabe a ela declarar o *mens legis*, o sentido das normativas dos tratados após pedido prejudicial emanado do Poder Judiciário dos Estados-membros³⁴. Aqui, deve-se recapitular que o Direito Comunitário³⁵,

alicerçado na supranacionalidade, singulariza-se por ser absolvido de forma direta e imediata na esfera jurídica dos Estados convencionantes³⁶.

Seu avanço, nos mais variados matizes, revela-se por meio da jurisprudência e das decisões consolidadas pelo Tribunal de Justiça, responsável por erigir a estrutura integrativa e delinear o alcance das normas.³⁷ Certamente não é outra, senão esta a perspectiva em que repousa toda a virtude da Corte de Justiça, já que “é a interprete e a responsável Suprema do ordenamento jurídico comunitário.”³⁸

O Mercosul, a *contrario sensu*, não impõe dúvidas ao se entender que o mecanismo arbitral encontra-se consolidado historicamente em sua estrutura, visto que desde sua formatação inicial elegeu-se tal via como meio pacificador de controvérsias no Cone Sul.³⁹ Já em um segundo momento, com a firmação do duplo grau arbitral e consequente acolhimento do Tribunal Permanente de Revisão, restou provado que ante todo o percurso trilhado em prol do aperfeiçoamento das estruturas regionais, o viés arbitral tem se manifestado como elemento pacificador de litígios nesse cenário integracionista.

Essa direção talvez tenha sido traçada em vista do comportamento temerário apresentado pelo Brasil em relação à adoção de instituições supranacionais nos moldes do Tribunal de Luxemburgo⁴⁰. O regionalismo no Cone Sul encontra-se na segunda fase, União Aduaneira, e na fase final de Zona de Livre Comércio. Em outras palavras, a distância que se vislumbrava

³² Tem sido perceptível a confusão conceitual que exsurge dos debates quando se trata de distinguir a norma de Direito Internacional e a norma de Direito Comunitário. Aquela é produzida bilateral ou multilateralmente, no âmbito da cooperação clássica entre Estados soberanos, enquanto esta é produzida por órgãos ditos supranacionais, nos quais os agentes e servidores têm representação distinta (não representam) de seus Estados de origem, e exercem competências e atribuições antes reservadas exclusivamente aos Estados soberanos.

³³ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p.102.

³⁴ LIMA, Cláudio Vianna de. *O Mercosul e seu tribunal e o MSE*. Correio Braziliense, Brasília, 6 out. 1997. p. 5.

³⁵ A primazia do *Droit Communautaire* ocorre com a sagração de Estados ávidos em adquirir direitos e obrigações no domínio internacional, advertindo-se que não há abnegação ou afastamento da soberania, mas entrega de parcelas de seu exercício à entidade institucional autônoma, constituída por meio dos países pactuantes e que, alfin, dão ensejo à ruptura da ideia de soberania até então intransponível.

³⁶ Para Bastos, “as normas não demandam recepção do complexo normativo produzido pelos órgãos da comunidade e, muito menos, os Estados-membros podem invocar seus respectivos ordenamentos jurídicos internos, inclusive no que respeita às normas constitucionais, como obstáculo à executoriedade das chamadas normas comunitárias. *Tratado do Mercosul e executoriedade*. Correio Braziliense, Brasília, 8 jul. 1998, p. 3.

³⁷ LIMA, Cláudio Vianna de. *O Mercosul e seu tribunal e o MSE*. Correio Braziliense, Brasília, 6 out. 1997. p. 5.

³⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de. *União Europeia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p. 174.

³⁹ Cf. KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p. 57.

LIMA, Cláudio Vianna de. *O Mercosul e seu tribunal e o MSE*. Correio Braziliense, Brasília, 6 out. 1997. p. 5.

⁴⁰ Conforme opinam agentes brasileiros, a corporificação de um tribunal supranacional antes de maior maturidade do Mercosul seria uma decisão prematura e mesmo arriscada. ARDENGHY, Roberto Furian. *Supranacionalidade e Direito Comunitário no Mercosul*. Correio Braziliense, Brasília, 19. Out. de 1998.p.3.

outrora à consagração do Mercado Comum se abrandar e com ela emerge a necessidade de criação do Tribunal de Justiça do Mercosul, embora os desafios fragilizem a própria noção de integração, traduzidos na falta de “comunitarismo” e solidariedade institucional.

Diante desses comentários, se por um lado o Tribunal Permanente de Revisão possui índole coercitiva, destinada às nações que se fazem parte diante de dada controvérsia, por outro, há que se aclarar que o TPR não se encontra hábil a suprimir por completo as violações ao sucesso do regionalismo na América Latina, já que seu provimento não se insere com imediatidade na órbita jurídica da nação infratora. Nos diálogos reproduzidos por Kerber, esse temor é materializado com lucidez:

As dificuldades existentes somente serão superadas com a criação de um órgão supranacional, com poderes para efetuar o controle de legalidade dos atos provenientes dos órgãos do Tratado, interpretar, exclusivamente, em caráter consultivo, incidental ou litigioso, as normas da integração, decidir as controvérsias oriundas da implementação das suas diversas fases, decisão esta, portanto, com características supranacionais, ou seja, acima das legislações nacionais, em decorrência de competência previamente atribuída pelos Estados-membros, ao referido órgão⁴¹.

Desse modo, se traçado um paralelo entre Mercosul e União Europeia, vislumbra-se o longo caminho a ser percorrido para se superar os tradicionais contornos institucionais impostos pelo receio de se aprimorar o atual estágio regional em que se encontra o Cone Sul. Almeida analisa a questão, concluindo que “a forma escolhida para solucionar os conflitos no âmbito do Mercosul foi, numa primeira fase, a arbitragem, para, futuramente, quiçá, seguir as sendas do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia (...)”⁴².

Todavia, a implantação de uma corte judicial com estrutura supranacional não é mera tarefa ou tampouco deve ser vista com ares de leviandade. Com sabedoria, Baptista adverte que “o Tribunal de Luxemburgo não é produto de um impulso ou de uma imposição, mas

o fruto natural de uma evolução”⁴³. Nesse sentido, o processo evolutivo do Mercosul impõe essencialmente a ruptura do conceito de Estado-nação em virtude da adoção do seu próprio Tribunal de Justiça com aptidões supranacionais, prontas a imergir na esfera jurídica interna quando houver lesão ou mesmo ameaça de dano ao direito regional do Cone Sul.

Para tanto, a realidade do bloco exige que suas instituições sejam revigoradas e robustecem em um primeiro momento para tão somente *a posteriori* recepcionar novas estruturas e organismos que levem a cabo a plenitude da integração. O Tribunal de Justiça do Mercosul funcionaria no sentido de maximizar a observância das normas e viabilizar que a interpretação do regramento jurídico regional atravessasse no domínio interno sem que empecilhos derivados da acepção rousseauiana de soberania obstaculize a criação de uma dinâmica jurisprudencial própria ao Cone Sul.

Tratar-se-ia de organismo incumbido de velar pela pacificação de controvérsias por intermédio de sua chancela judicial, elevando-se por sua autonomia frente aos Estados que compõem a silueta do regionalismo. De igual modo, a clássica divisão de poderes ditada por Rousseau estaria superada, tendo em vista que a função da Corte de Justiça transcende o papel judicante exercido pelos Tribunais nacionais e consagra novos elementos inerentes ao cenário traçado pela supranacionalidade.

Com entusiasmo, Baptista rememora os acontecimentos vivenciados na Assembleia Constitutiva da Corte das Comunidades Comunitárias e em meio à serenidade dispõe:

(...) num discurso proferido quando da assembleia constitutiva da Corte das Comunidades Comunitárias, em 7 de outubro de 1958, Robert Schumann dizia que ela seria o garante da constitucionalidade de toda atividade no seio da comunidade. Essa frase tem importância pela expressão ‘garante da constitucionalidade’, pois nos recorda que o projeto das comunidades era associado a outro, de conteúdo mais político que econômico, o do Conselho da Europa, que encarnava o sonho da Europa Unida, da transformação do

⁴¹ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p.57.

⁴² ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul X União Europeia: estrutura jurídico-institucional*. Curitiba: Juruá, 1996. p. 106.

⁴³ BAPTISTA, Luiz Olavo. *As Instituições do Mercosul: comparações e perspectiva*. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). *O Mercosul em movimento*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995. p. 54.

velho Continente numa federação, unificando-o política e juridicamente⁴⁴.

No mesmo sentido, Costa assevera que

A supranacionalidade está ligada à legitimidade regional e apenas tem sentido quando é instrumento das demandas sociais, notadamente a de integração. A opção por órgãos e direitos supranacionais não é, assim, uma questão de mera vontade, mas principalmente de finalidades e possibilidades sociais. Deve, portanto, estar balizada por uma análise profunda da sociedade e da economia, mas nunca pode lançar bases sobre modelos formais, cujo transplante apenas pode resultar em rejeição.

Desafortunadamente, o Tribunal Permanente de Revisão não possui o condão de impor suas decisões no âmbito nacional e mesmo de se tornar guardião da constitucionalidade dos tratados constitutivos do Mercosul, pois a barreira da soberania é ainda mais densa e voraz se comparada ao ímpeto de comunitarismo que se almeja materializar no Cone Sul. Logo, não obstante já se tenha tecido comentários acerca do progresso instaurado com uma corte de arbitragem permanente, é incontrastável concordar com Martinez quando evoca a necessidade de um organismo com linhas jurisdicionais para se superar a deficiência de segurança jurídica por meio de sua jurisprudência⁴⁵. Na efervescência de suas teses, defende que unicamente com a sagração do Tribunal de Justiça do Mercosul a aplicação uniforme do Direito Comunitário restará concretizada, embora reconheça o passo à frente dado com a instituição do TPR.

O que faltou na concepção do Tribunal Permanente de Revisão foi a audácia institucional de recobri-lo com autonomia face aos Estados-membros e operacionalizá-lo com elementos jurisdicionais e competência para além das nações, germinando os seus primeiros traços transnacionais. O acolhimento de uma Corte Jurisdicional Supranacional inevitavelmente representa maior resguardo dos textos constitutivos do Mercosul e eleva a possibilidade de levar a cabo aquilo

que o TPR encontra-se tolhido em meio a sua função intergovernamental.

Subjacente a esse raciocínio, tem-se o crescimento das negociações no âmbito do Cone Sul que evoca a criação de mecanismos verdadeiramente comprometidos com a pacificação de litígios que surgem ante a incessante ampliação das transações e com o advento de novos paradigmas econômicos. Nessa acepção, Kerber aduz:

(...) constatado o aumento significativo de volume de trocas comerciais ocorridas no espaço sub-regional do Mercosul, consequentemente, o mesmo motivará o crescimento destacado de demandas forenses em diversas áreas jurídicas, o que irá, certamente, ocasionar maior número de ações ajuizadas⁴⁶.

Logo, se por um lado o Tribunal Permanente de Revisão conquista sua notoriedade ao dirimir controvérsias com celeridade e relativo baixo custo, contrapondo-se à realidade judicial dos Estados pactuantes que enseja elevado dispêndio do Poder Público e não logra êxito em pulverizar a *quaestio* em tempo considerável, há também que se ponderar, em outro prisma, a fragilidade e o consequente declínio do sistema arbitral diante do excessivo volume de demandas a ser pacificado. Para além, Bahia reafirma que “algo que a arbitragem não é capaz de realizar, somente um Tribunal será e mais, até mesmo os custos da solução arbitral desestimulam a sua permanência em um processo que deve ter cada vez mais a participação dos cidadãos e das pessoas jurídicas dos Estados-Partes.”⁴⁷

No entanto, ainda que a via judicial se mostre inevitável diante do caminho que se percorre no Cone Sul, Rezekassevera que o sistema atual, consubstanciado no Tribunal Permanente de Revisão, apresenta resultados satisfatórios ao progresso do regionalismo e acrescenta: “até agora, os poucos conflitos que surgiram foram resolvidos por entendimento direto. O Mercosul nasceu como a experiência menos chapa-branca do mundo entre as iniciativas do gênero e assim

⁴⁴ BAPTISTA, Luiz Olavo. *Solução de Divergências no Mercosul*. In: BASSO, Maristela (org.). *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros*. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 180.

⁴⁵ CAIROLI MARTINEZ, Milton. *El papel de la justicia en El Mercosur*. In: *Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas*. São Paulo, a.X, n°. 16, jul/dez. 1996.

⁴⁶ KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p.121.

⁴⁷ BAHIA, Saulo José Casali. *A supranacionalidade no Mercosul*. In: BASTOS, Celso Ribeiro e FINKELSTEIN, Cláudio (cords.) *Mercosul: lições do período de transitoriedade*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998. p. 208.

deve permanecer”⁴⁸. Essa opinião é revigorada ao se acrescentar o eterno estado de vulnerabilidade em que as nações integrantes do bloco se inserem frente ao dólar, o que tranquilamente influi de forma nefasta sobre os pactos firmados e dissipa o amargo receio de galgar patamares mais altos no Cone Sul.

De toda sorte, pode-se concluir que unicamente com o aprimoramento das relações econômicas é que se tornará nítido o momento para se acolher o Tribunal de Justiça do Mercosul e, por conseguinte, a supranacionalidade. Esse pensamento traduz o ritmo histórico perpassado com a formação do Pacto Andino que após nove longos anos de existência sentiu a necessidade de implantar sua corte de justiça. A estrutura inicial do Benelux⁴⁹, de igual maneira, deu abrigo ao sistema arbitral e consolidou o aparelho judicial depois de transcorridos dez anos contados de sua instituição.

Conclusões Finais: resultado da análise e interpretação de dados

O Tribunal Permanente de Revisão constitui, sem sombra de dúvida, latente inovação no contexto do Mercosul, ora por representar a perenidade que há tanto se buscava, ora por proporcionar maior satisfatividade na pacificação de controvérsias na esfera do Cone Sul. Sua edificação aufere maior significância diante de ritos especiais destinados a casos que consubstanciam *status* de excepcionalidade e requerem urgência na harmonização de disputas, bem como na sagração de competências típicas de cortes judiciais a exemplo das medidas provisionais. Para além, o TPR reconfigura a história política e autografa o presságio do futuro regional.

Nessa sorte, os novos parâmetros políticos, refletidos na formação do regionalismo, exsurtem como meio de maximizar a sobrevivência do Estado

frente aos desafios impostos pela globalização, com o genuíno desígnio de amparar as carências nacionais e proporcionar estabilidade aos Estados por meio do arranjo institucional presente nas organizações internacionais de integração.

A concepção do TPR, contudo, não representou comaudácia o que a comunidade internacional bradava. Sua desejada vertente supranacional era muito mais que um querer solitário, vazio e o seu não afastamento da intergovernabilidade, petrificado no Protocolo de Olivos, tornou-se alvo de críticas oriundas dos mais diversos segmentos doutrinários.

Do mesmo modo, a preocupação em se atribuir ao Tribunal Permanente de Revisão competência consultiva em detrimento da hermenêutica prejudicial é questão que agoniza a própria ideia de continuidade ou mesmo de avanço nas assertivas do processo integracionista. A doutrina não se intimida ao consagrar que o Tribunal Permanente de Revisão precisa estar apto a sufragar a interpretação prejudicial em benefício do progresso na esfera regional, já que, em sendo vinculante e, portanto, obrigatória, a hermenêutica prejudicial legitima o juiz comunitário a interpretar de forma objetiva a norma regional para que, *a posteriori*, o magistrado nacional a aplique no âmbito interno.

A Carta Política dos Países-membros igualmente se apresenta como elemento contrário à inclusão da supranacionalidade e mesmo da interpretação prejudicial no rol de atribuições do TPR. Esse obstáculo, talvez, seria a gênese de todos os empecilhos que germinam e conspiram contrariamente ao avanço institucional, pois como se trata de questões afetas à soberania do Estado e exige explícito permissivo constitucional à outorga de parcelas de soberania à Autoridade Maior, tem-se que a omissão na *Lex Magna* dos Estados-partes se traduz em óbice ao aperfeiçoamento do Tribunal Permanente de Revisão que verdadeiramente aspira ao caráter supranacional.

A falta de um organismo com tais atributos enfraquece a noção de progresso nesse universo sagrado pelo regionalismo. A possibilidade de se suscitar o regramento normativo interno como meio de se esquivar dos designios impostos na órbita regional inviabiliza a executoriedade e o consequente cumprimento das normativas exaradas nesse plano, ocasionando insegurança jurídica e mais, o retrocesso

⁴⁸ Apud KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001. p

⁴⁹ Benelux foi uma das primeiras organizações econômicas da Europa, que gerou o embrião do que seria mais tarde a União Europeia. Começou como a área de livre comércio entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo, e, mais tarde, Itália, Alemanha e França também aderiram, criando a CEE, Comunidade Econômica Europeia.

à integração nos moldes estatuidos pelo arquétipo europeu.

Outrossim, para que haja o aperfeiçoamento das relações regionais, faz-se cogente a instauração de um corpo supranacional para tecer funções normativas, administrativas e judiciais, alfin, a criação do *poder comum*. Urge esclarecer que não há justificativa para o temor de perda da soberania com o abrigo da supranacionalidade; isso porque o que ocorre é a delegação de parcelas do conteúdo soberano dentro dos limites constitucionais estipulados no Tratado. É nessa ótica que o princípio da supranacionalidade deve ser interpretado.

O acolhimento de uma Corte Permanente, seja arbitral ou judicial, mas supranacional, ampliaria o desempenho do bloco por intermédio de suas decisões, agora com índole imperativa, e seguramente auxiliaria com maior intensidade na superação de complexidades que afugentam a integração latina.

Como mera previsão, arrisca-se a dizer que o consequente amparo à supranacionalidade, ainda que refletido na reconfiguração e rearranjo do Tribunal Permanente de Revisão, é intrínseco ao futuro e à continuidade do Mercosul. Quiçá, de maneira ainda mais arrojada, é uma onda inafastável que se aproxima com avidez.

De toda sorte, unicamente o tempo e a ampliação do escopo integracionista, somadas às adversidades inerentes à globalização, mostrarão a exata conveniência de se cultivar laços supranacionais ou mesmo a equânime solução frente à dualidade arbitral *vs* judicial. Quanto a esta última, é possível dizer que “a insistência pelo método da arbitragem e a não aceitação da estrutura judicial, por agora, não é discutível”⁵⁰, já que o Tribunal Permanente de Revisão, enquanto marco desse processo integrativo, constitui enorme salto no desenvolvimento do Mercado Comum.

Uma estrutura permanente foi criada e representa largo passo a caminho da supranacionalidade, porquanto esse instituto também imponha perenidade nos organismos que externam o *Droit Communautaire*. Ainda que inegável o louvável resultado alcançado, persistem determinadas questões na atual composição

institucional do Cone Sul que merecem atenção, como a ampliação definitiva da legitimação dos particulares e órgãos do Mercosul para suscitar de forma direta a instância arbitral; b) uma adequada tipificação normativa acerca das distintas ações e dos recursos possíveis de manejo na seara arbitral; c) completa eliminação das falhas que possam surgir nas decisões pautadas na equidade; d) inserção definitiva da interpretação prejudicial.

Nesse esteio, a aspiração de se aproximar os povos latino-americanos, conforme acreditava Simón Bolívar, ainda se apresenta sob o prisma da intergovernabilidade, não obstante tenha o TPR refletido com franca evidência contrariedade ao caráter efêmero que as instituições do Cone Sul angariaram ao longo dos anos. Certamente foi com arrimo nessas divagações que Jean Monnet ousou asseverar “nada é possível sem os homens, mas nada é permanente sem as instituições”;⁵¹ é aí que reside, em sua virtude e essência, a nobreza do Tribunal Permanente de Revisão.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, Elizabeth. *Mercosul&União Europeia: estrutura jurídico-institucional*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul X União Europeia: estrutura jurídico-institucional*. Curitiba: Juruá, 1996.

ARDENGHY, Roberto Furian. *Supranacionalidade e Direito Comunitário no Mercosul*. Correio Braziliense, Brasília, 19. Out. de 1998.

BAHIA, Saulo José Casali. *A supranacionalidade no Mercosul*. In: BASTOS, Celso Ribeiro e FINKELSTEIN, Cláudio (cords.) *Mercosul: lições do período de transitoriedade*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.

BAPTISTA, Luiz Olavo. *As Instituições do Mercosul: comparações e perspectiva*. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). *O Mercosul em movimento*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

BAPTISTA, Luiz Olavo. *Solução de Divergências no Mercosul*. In: BASSO, Maristela (org.). *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados-Membros*. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

BASTOS, Carlos Eduardo Caputo. *Tratado do Mercosul e executoriedade*. Correio Braziliense, Brasília, 8 jul. 1998.

⁵⁰ Tradução livre. TORRES, Oscar Llanes. *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo Monográfico). Asunción, 2005. p. 46.

⁵¹ MONNET, Jean. *Memória*. Trad. Ana Maria Falcão. Brasília: UNB, 1986. p. 269.

BRIX, Wilfrido Fernández. *El Nuevo Tribunal Arbitral Del Mercosur*. Paraguay: Fundación Konrad Adenauer, 2005.

CAIROLI MARTINEZ, Milton. *El papel de la justicia en El Mercosur*. In: Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, a.X, nº. 16, jul/dez. 1996.

CARVALHO, Graison Charles. *Evolução da Solução de Controvérsias no Mercosul*. Acesso em: fev. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_85/artigos/GraisonCarvalho_rev85.htm>

CORTOPASSI, Mário Gilberto. *Mercado Comum: longa caminhada*. Revista de Negócios. a. 2. n. 17. São Paulo ago. 1993.

GARRÉ COPELLO, Belter. *et alii* (org.). *Mercosur, balances y perspectivas*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KAUPP, Lkaus da Silva. *Solução de Controvérsias entre os Estados-Partes do Mercosul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

KERBER, Gilberto. *Mercosul e a Supranacionalidade*. São Paulo: Ltr, 2001.

LIMA, Cláudio Vianna de. *O Mercosul e seu tribunal e o MSE*. Correio Braziliense, Brasília, 6 out. 1997.

MEDINA, Manuel. *La Comunidad Europea y sus principios constitucionales*. Madrid: Tecnos, 1974.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito internacional da integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MONNET, Jean. *Memória*. Trad. Ana Maria Falcão. Brasília: UNB, 1986.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *União Europeia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p. 68.

PUNAL, Antonio Martinez. *La solución de controversias en El Mercado Común del Sur (Mercosul): estudio de sus mecanismos*. Santiago de Compostela: Tórculo, 2000.

Rousseau. *O Contrato social*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

STELZER, Joana. *Integração europeia: dimensão supranacional*. Florianópolis, 1998. Dissertação (mestrado), Curso de Pós-Graduação em Direito (UFSC), maio 1998.

TORRES, Oscar Llanes. *Tribunal Permanente de Revisión Del Mercosur: Alcance y Perspectiva*. (Estudo monográfico). Asunción, 2005.